NOVO ACORDO DE EMPRESA PARA OS MAQUINISTAS DA CP

Na sequência do processo de fusão entre a anterior EMEF e a CP foi revisto o Acordo de Empresa Geral, já publicado em BTE, e também o Acordo de Empresa aplicável aos trabalhadores da carreira da condução associados do Sindicato dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses.

Já se encontra publicado no [Boletim do Trabalho e Emprego](#) o novo Acordo de Empresa da **CP** e respetivo Regulamento de Carreira aplicável aos maquinistas de comboios, representados pelo Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses (**SMAQ**).

Sinteticamente, o novo Acordo de Empresa e respetivo Regulamento de Carreiras consagram as seguintes alterações:

- (i) Aumento salarial, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2022;
- (ii) Eliminação de um índice na base para todas as categorias da carreira de condução;
- (iii) Acréscimo de um índice no topo para todas as categorias da carreira de condução;
- (iv) Criação de tempos mínimos de permanência, para mudança de índice, com o máximo de quatro anos;
- (v) Eliminação de sobreposições de índices entre categorias profissionais e respetivas chefias;
- (vi) Integração do Abono de Agente Único na retribuição;
- (vii) Aumento do subsídio de refeição para €7,74;
- (viii) Criação de uma tabela indiciária autónoma para os trabalhadores abrangidos pela carreira de condução;
- (ix) Consagração do regime de teletrabalho, nos termos previstos no Código do Trabalho, quando as funções assim o permitam; e
- (x) Consagração de acesso automático à categoria de Assistente de Tração.

O novo **AE** contém um regime globalmente mais favorável para os trabalhadores, e também abrange os trabalhadores filiados no **SMAQ**, bem como os trabalhadores não filiados em sindicato outorgante que a ele adiram, no prazo de três meses, nos termos das regras previstas no Acordo de Empresa.

A celebração deste novo Acordo de Empresa enquadra-se no princípio da autonomia coletiva e no direito à contratação coletiva, consagrados entre os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, no artigo 56.º, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa.

© MACEDO VITORINO

CONTACTOS

GUILHERME DRAY

GDRAY@MACEDOVTORINO.COM

JOANA FUZETA DA PONTE

JFUZETADAPONTE@MACEDOVTORINO.COM

Esta informação é de carácter genérico, não devendo ser considerada como aconselhamento profissional.